SUMÁRIO

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

- Índice Sistemático da Constituição Federal 24
- Constituição da República Federativa do Brasil 27
- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 107
- Emendas Constitucionais 131

▪ CÓDIGO PENAL

- Índice Sistemático do Código Penal 144
- Lei de Introdução ao Código Penal 146
- Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal 148
- Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal (Excertos) 156
- Código Penal 167

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

- Índice Sistemático do Código de Processo Penal 220
- Lei de Introdução ao Código de Processo Penal 223
- Exposição de Motivos do Código de Processo Penal 224
- Código de Processo Penal 230

▪ CÓDIGO PENAL MILITAR

- Índice Sistemático do Código Penal Militar 300
- Código Penal Militar 303

▪ LINDB

- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 340

▪ LEGISLACÃO COMPLEMENTAR

- Legislação Complementar 344

▪ SÚMULAS

- Supremo Tribunal Federal – Súmulas Vinculantes 1398
- Supremo Tribunal Federal – Súmulas 1401
- Superior Tribunal de Justiça – Súmulas 1406
- Tribunal Federal de Recursos (Extinto) 1412

▪ ÍNDICES ALFABÉTICO-REMISSIVOS

- Índice Alfabético-Remissivo da CF, CP e CPP 1414
- Índice Alfabético-Remissivo da Legislação Complementar 1489
- Índice Alfabético-Remissivo das Súmulas 1510

ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 (EXCERTOS) 443
Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 502
Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 593
Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 7 DE JANEIRO DE 1994 622
Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 624
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 854
Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006 987
Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências.

▪ DECRETOS-LEI

DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941 344
Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuizo para a Fazenda Pública, e outros.

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 344
Lei das Contravenções Penais

DECRETO-LEI Nº 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944 (EXCERTOS) 349
Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 9.215, DE 30 DE ABRIL DE 1946 351
Proibe a prática ou a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 417
Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.593, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1977 436
Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, em relação aos casos que especifica, e dá outras providências.

▪ LEIS

LEI Nº 263, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1948 351
Modifica a competência de Tribunal de Júri e dá outras providências.

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 352
Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 353
Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 360
Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

LEI Nº 1.508, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951 360
Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei n° 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.

LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 361
Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 363
Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

LEI Nº 2.860, DE 31 DE AGOSTO DE 1956 363
Estabelece prisão especial para dirigentes de entidades sindicais e para o empregado no exercício de representação profissional ou cargo de administração sindical.

LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956 364
Define e pune o crime de genocídio.

LEI Nº 3.313, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1957 364
Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção post-mortem.

LEI Nº 3.988, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1961 364
Estende aos pilotos de aeronaves mercantes nacionais a regalia concedida pelo art. 295, do Código de Processo Penal, que trata de prisão especial.

LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965 370
Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 371
Institui o Código Eleitoral.

LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 408
Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967 415
Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

LEI Nº 5.249, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967 417
Dispõe sôbre a Ação Pública de Crime de Responsabilidade.

LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967 419
Dispõe sobre a prisão especial.

LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 420
Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968 421
Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.

LEI Nº 5.606, DE 9 DE SETEMBRO DE 1970 422
Outorga a regalia de prisão especial aos oficiais da Marinha Mercante.

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 422
Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 426
Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

LEI Nº 6.453, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977 434
Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.

LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978 (EXCERTOS) 441
Dispõe sobre os Serviços Postais.

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979 455
Concede anistia e dá outras providências.

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 458
Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983 467
Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.

LEI Nº 7.172, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983 467
Outorga a regalia da prisão especial aos professores do ensino do 1º e 2º graus.

LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984 468
Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 468
Institui a Lei de Execução Penal.

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 488
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 490
Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

LEI Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985 494
Inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.

LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 495
Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 497
Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 499
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 501
Dispõe sobre prisão temporária.

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 508
Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 510
Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 546
Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 548
Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 561
Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 563
Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.

LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991 564
Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 564
Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências

LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992 572
Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.

LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993 583
Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 584
Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993 622
Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 643
Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 657
Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 658
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 665
Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 671
Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 672
Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 691
Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5° da Constituição Federal.

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 692
Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 707
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 710
Define os crimes de tortura e dá outras providências.

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 710
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 728
Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 777
Estabelece normas para as eleições.

LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 802
Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 803
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 811
Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 813
Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 824
Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 846
Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

LEI Nº 9.964, DE 10 DE ABRIL DE 2000 851
Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis e dá outras providências, e altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000 853
Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 856
Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

LEI Nº 10.300, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001 858
Proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoal.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (EXCERTOS) 859
Institui o Código Civil.

LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002 875
Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 875
Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003 922
Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 925
Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003 935
Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 935
Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 947
Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 981
Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 988
Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 995
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 1011
Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007 1014
Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.

LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008 1016
Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008 1017
Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.

LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009 (EXCERTOS) 1020
Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 1021
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009 1024
Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009 1024
Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 1028
Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

LEI Nº 12.382, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011 1033
Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 1035
Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 1050
Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 1060
Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012 1078
Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências

LEI Nº 12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012 1079
Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.

LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013 1080
Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 1080
Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 1080
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 1084
Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 1087
Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 1092
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014 1096
Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.

LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 1096
Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (EXCERTOS) 1097
Código de Processo Civil

LEI Nº 13.111, DE 25 DE MARÇO DE 2015 1158
Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 1158
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 1177
Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016 1177
Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 1180
Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.

LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 1182
Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016 1182
Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017 1184
Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017 1187
Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 1188
Institui a Lei de Migração.

LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019 1203
Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 1212
Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020 1236
Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 1241
Lei de Licitações e Contratos Administrativos

LEI Nº 14.149, DE 5 DE MAIO DE 2021 1281
Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 1296
Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023 1309
Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS) 1312
Institui a Lei Geral do Esporte.

LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 1330
Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.

LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 1339
Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

LEI Nº 14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 1351
Cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo "Não é Não - Mulheres Seguras"; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024 1352
Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024 1357
Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025 1368
Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 1370
Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 15.358, DE 24 DE MARÇO DE 2026 1385
Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965 364
Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

DECRETO Nº 84.143, DE 31 DE OUTUBRO DE 1979 455
Regulamenta a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências.

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 573
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

DECRETO Nº 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993 622
Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa.

DECRETO Nº 3.167, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999 848
Promulga a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção.

DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002 887
Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002 917
Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso "c".

DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004 942
Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004 945
Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006 1007
Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.919, DE 3 DE OUTUBRO DE 2006 1009
Promulga a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993, com reserva à primeira parte do parágrafo 2º do Artigo VII, relativa à redução dos períodos de prisão ou de cumprimento alternativo da pena.

DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008 1018
Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.

DECRETO Nº 6.489, DE 19 DE JUNHO DE 2008 1018
Regulamenta a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

DECRETO Nº 6.877, DE 18 DE JUNHO DE 2009 1020
Regulamenta a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou a sua transferência para aqueles estabelecimentos, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 1034
Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

DECRETO Nº 8.614, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 1174
Regulamenta a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.

DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016 1182
Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 1199
Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019 1206
Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 1209
Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 1216
Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 1293
Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.

DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022 1300
Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

DECRETO Nº 11.480, DE 6 DE ABRIL DE 2023 1311
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023 1314
Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

DECRETO Nº 11.843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 1337
Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 1366
Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 1377
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.

DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026 1377
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

▪ RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CNJ Nº 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010 1025
Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 299, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019 1230
Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

RESOLUÇÃO STF Nº 693, DE 17 DE JULHO DE 2020 1233
Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 346, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020 1236
Dispõe sobre o prazo para cumprimento, por oficiais de justiça, de mandados referentes a medidas protetivas de urgência, bem como sobre a forma de comunicação à vítima dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão (art. 21 da Lei nº 11.340/2006).

RESOLUÇÃO CNJ Nº 348, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020 1237
Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 396, DE 7 DE JUNHO DE 2021 1281
Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

RESOLUÇÃO CNJ Nº 417, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021 1285
Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 558, DE 6 DE MAIO DE 2024 1353
Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

▪ PORTARIAS

PORTARIA SVS/MS Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998 (EXCERTOS) 829
Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

PORTARIA MF Nº 75, DE 22 DE MARÇO DE 2012 1059
Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.